



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

Julho

CONSELHO DE MINISTROS

DELIBERAÇÕES TOMADAS EM 22. JUL. 74

SUMULA

Presente todos os Ministros à excepção do Ministro da Justiça.

1. ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1. O Ministro da Defesa deu conhecimento do pedido da Cruz Vermelha Internacional para visitar os prisioneiros do PAIGC na Guiné.

A resposta ao pedido será dada em 25 do corrente.

1.2. O Ministro da Coordenação Interterritorial propôs ao Conselho:

a) a exoneração do actual Governador de S. Tomé e Príncipe, Coronel Cecílio Gonçalves

b) a nomeação do Ten. Col. Veloso para o exercício daquelas funções.

As propostas foram aprovadas por unanimidade.

1.3. O Ministro dos Negócios Estrangeiros deu conhecimento da visita a Portugal do Alto Comissário do Gabão.

Admite-se que a visita possa estar relacionada com o movimento separatista de S. Tomé.



2. ORDEM DO DIA

- 2.1. Foi aprovada por unanimidade a proposta para nomeação do Profº Dr. Jacinto Nunes como Governador do Banco de Portugal.
- 2.2. Foi iniciada uma troca de impressões sobre critérios de saneamento.
- 2.3. Foi aprovada, com emendas, resultado de discussão, a proposta de designação de administradores junto da Fundação de Oeiras.
- 2.4. Foi aprovada, com emendas resultantes de discussão, a proposta de orgânica processual do Conselho de Ministros que entrará, imediatamente, em vigor.
- 2.5. O Ministro dos Negócios Estrangeiros deu conhecimento da situação diplomática existente com o Malawi.
- Foi deliberado não efectuar imediatamente o corte de relações mas interrompe-las de facto, fazendo regressar imediatamente o encarregado de negócios e divulgando a nota cuja entrega não pôde efectuar-se.
- 2.6. Foi aprovada a forma de participação dos Secretários de Estado sugerida pelo Grupo de Trabalho que apreciou a proposta do Ministro dos Assuntos Sociais.
- 2.7. Foi aprovada a criação do Conselho de Coordenação Económica e Social nos termos propostos pelo Grupo de Trabalho e com aditamentos propostos pelo Ministro da Economia.
- 2.8. Foram aprovados:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

3.

- a) O decreto-lei que sanciona o desdobramento do Ministério da Coordenação Econômica e a posse dos Ministros da Economia e das Finanças;
- b) O decreto-lei que extingue a Secretaria de Estado da Reforma Educativa e cria a Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica;
- c) O decreto-lei que cria um lugar de Sub-Secretário no Ministério de Administração Interna;
- d) O decreto-lei que cria, no Ministério do Trabalho, a Secretaria de Estado do Emprego;
- e) O decreto-lei que cria um lugar de Sub-Secretário no Ministério da Comunicação Social;

2.9. O Ministro da Coordenação Interterritorial informou o Conselho das deliberações tomadas pela Junta de Salvação Nacional sobre a situação em Angola.

O Conselho manifestou o seu desagrado por ter sido colocado perante factos consumados, exprimindo o desejo de que a ponderação de decisões graves seja feita de modo a prevenir a necessidade de remediar essas situações e de que ao Governo seja atribuído o seu papel de direito como entidade responsável pela condução política do País, sem o sujeitar a ser ultrapassado por decisões doutros poderes.

2.10. O Ministro do Trabalho solicitou a orientação do Conselho quanto à elaboração das leis sobre a greve e a associação sindical.



Foi deliberado que aqueles textos deveriam conduzir a um reconhecimento genérico do direito à greve e à associação sindical, sem prejuízo de ambos serem regulados de forma especial no que se refere à função pública.

- 2.11. Foi deliberado anular a legislação vigente sobre prazos para apresentação de diplomas legais, acompanhando-a de comunicado fazendo realçar a consciência existente da gravidade e urgência na resolução dos problemas.
- 2.12. Por unanimidade, foi deliberado não aceitar aumentos salariais do pessoal da Caixa Geral de Depósitos que já se encontra em situação excepcional favorecida que em relação à generalidade dos funcionários públicos que em relação à maioria da população trabalhadora.
- 2.13. O Ministro das Finanças foi encarregado de apresentar com urgência, um projecto de diploma sobre salários.
- 2.14. Foi discutida a necessidade do funcionamento a ^{prazo} curto/duma comissão interministerial, no âmbito do Ministério da Administração Interna, para urgente revisão do estatuto da função pública.
- O Ministro da Administração Interna apresentará ao Primeiro Ministro a proposta de constituição da Comissão.
- 2.15. O Ministro da Administração Interna informou o Conselho das prioridades da sua sua actuação:

a) Restabelecimento de ordem cívica pela regulação dos direitos de reunião e associação;



b) Nomeação de Governadores Civis;

c) Clarificação e garantia do exercício da vontade popular em relação ao funcionamento das autarquias.

2.15. Foi deliberado constituir-se uma Comissão para uma primeira apreciação das propostas da nomeação de Governadores Civis.

A Comissão será constituída pelos Ministros Sem Pasta e pelo Ministro Mário Soares, além do Ministro de Administração Interna.

2.16. O Ministro do Trabalho informou o Conselho de que poderia considerar-se em vias de resolução o conflito existente na Fundação Gulbenkian.

2.17. Foi apreciada a proposta de comunicado a informação a fazer pelo Ministro da Comunicação Social.